



Política de Relacionamento com Entes Públicos

SUMÁRIO

1. OBJETIVOS	3
2. ORIENTAÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS	3
3. FORMALIZAÇÃO	10
4. REGISTRO DE ALTERAÇÕES	10

1. OBJETIVOS

O Grupo Benner (denominação utilizada para designar as empresas: Gestione Administração E Participações S.A., Benner Sistemas S.A., Benner Tecnologia e Sistemas em Saúde Ltda, Benner Tecnologia e Serviços em Saúde Ltda, Otto HX Tecnologia e Sistemas Ltda, Yevo Tecnologia Ltda., e Itessa Tecnologia e Serviços S.A.) preza pela conduta ética e responsável nas relações com entes públicos. Esta política visa reafirmar a integridade e transparência com que o Grupo Benner conduz interações com entes públicos.

Esta política visa prevenir a ocorrência de situações, condutas e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública que possam ser caracterizados como prática de corrupção, em especial, conforme a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013).

Esta política estabelece diretrizes que devem guiar a conduta ética no relacionamento com os Agentes Públicos e pessoas a eles vinculadas. As condutas devem ser orientadas pelos princípios de respeito, de honestidade e de responsabilidade, dentre outros.

Conforme tratado na política de compliance do Grupo Benner, esta política de Relacionamento com Entes Públicos aplica-se a todos os Colaboradores do Grupo Benner (conselheiros, diretores, administradores, empregados, funcionários, estagiários, aprendizes, entre outros). **A observância desta Política é obrigatória.**

Cabe aos Colaboradores do Grupo Benner cumprir com todas as disposições desta política e assegurar que todos os terceiros e parceiros de seu relacionamento sejam informados sobre seu conteúdo.

2. ORIENTAÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS

O Grupo Benner proíbe e não tolerará quaisquer atos ilícitos, como de corrupção e suborno, de forma direta ou indireta, no seu relacionamento com um Agente Público ou a um terceiro a ele relacionado. O Grupo Benner não aceita a alegação de desconhecimento das regras desta política e das demais normas internas como justificativa pelo cometimento de atos desta natureza.

Definições

Nesta política, aplica-se as seguintes definições:

- **Agente Público:** todos que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, ainda que de representação, na Administração Pública.

- **Brindes Corporativos:** itens distribuídos pela empresa, sem valor comercial, com finalidade institucional, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural. Por exemplo: chaveiros, calendários, bonés, camisetas, entre outros.

- **Colaboradores:** todos os colaboradores da Empresa, incluindo conselheiros, diretores, administradores, empregados, funcionários, estagiários, aprendizes, entre outros.

- **Compliance:** conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

- **Corrupção:** quaisquer atos comissivos ou omissivos, praticados por Agentes Públicos ou particulares que se relacionem com a Administração Pública, violadores dos preceitos éticos, princípios e/ou regras que regem a Administração Pública, com o objetivo de obter vantagens indevidas para si ou para terceiros.

- **Ente Público:** administração direta, indireta (por exemplo, empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista) ou fundacional de qualquer dos entes governamentais ou estatais (incluindo no nível federal, estadual ou municipal), de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com o patrimônio ou com a receita anual.

- **Grupo Benner:** são as empresas Gestione Administração E Participações S.A., Benner Sistemas S.A., Benner Tecnologia e Sistemas em Saúde Ltda, Benner Tecnologia e Serviços em Saúde Ltda, Otto HX Tecnologia e Sistemas Ltda, Yevo Tecnologia Ltda., e Itecsa Tecnologia e Serviços S.A. e/ou qualquer uma de suas afiliadas, controladas, controladoras, subsidiárias, filiais, etc.

- **Terceiros:** todos os parceiros de negócios da Empresa, incluindo consultores, prestadores de serviço, canais de vendas, fornecedores e assessorias, entre outros.

Diretrizes

Conflito de Interesses

Conflitos de Interesse geralmente ocorrem quando uma decisão profissional é indevidamente analisada, com base em interesses pessoais ou interesses que não são aqueles propriamente adequados para o caso concreto.

Casos envolvendo conflitos de interesse podem ocorrer em diversas situações, tanto no âmbito interno ou externo da Empresa, e devem ser evitados.

No relacionamento com Agentes Públicos, devem ser evitadas as situações que possam configurar confronto entre o interesse público da Administração Pública e o interesse privado do Grupo Benner ou de seus colaboradores e terceiros.

Em 1º de julho de 2013, entrou em vigor a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que *“dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego (...)”*. Ainda que a referida norma seja voltada ao Poder Executivo federal, as suas disposições podem servir como balizas interpretativas nas demais esferas federativas.

Como regra geral, os colaboradores e os terceiros não deverão exercer qualquer função ou atividade que possa gerar conflitos de interesse no âmbito da Administração Pública. Caso algum colaborador ou terceiro tenha exercido cargo ou emprego na Administração Pública, não deve prestar

qualquer tipo de serviço em nome do Grupo Benner junto ao órgão da Administração Pública ou com Agente Público com quem tenha estabelecido relacionamento nos últimos 6 meses, por exemplo.

Deve ser evitada a interlocução/negociação envolvendo assuntos de interesse do Grupo Benner entre colaboradores ou terceiros e seus respectivos parentes tomadores de decisões relevantes no âmbito da Administração Pública.

Os colaboradores devem evitar relacionamentos, circunstâncias, investimentos ou situações nas quais sua lealdade esteja em conflito entre os interesses do Grupo Benner e seus próprios interesses pessoais ou familiares.

Havendo dúvidas, converse com seu superior imediato, o Departamento Jurídico ou a área de Recursos Humanos da sua unidade para esclarecer sua dúvida, ou, acione a ouvidoria pelo email: ouvidoria@benner.com.br, ou, via canal na intranet, disponível no site: <https://universobenner.mybeehome.com/contactus>, para registrar a sua sugestão, reclamação, denúncia, solicitação e elogio.

Pagamentos de Facilitação

São conhecidos como “pagamentos de facilitação” pagamentos feitos a funcionários tanto do setor público como do setor privado, como benefício pessoal, para garantir ou acelerar a execução de atos de rotina a que a empresa tenha direito.

O Grupo Benner proíbe e não tolera o oferecimento ou pagamento de facilitação para acelerar ou favorecer a análise e obtenções de licenças, autorizações e permissões a serem realizados por seus colaboradores, fornecedores ou agentes intermediários.

Os pagamentos de facilitação para obtenção de licenças, autorizações e permissões são considerados subornos pela Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Importante destacar que não são indevidos os pagamentos realizados a Entes Públicos em decorrência de disposição legal ou contratual (taxas, tributos, prestação de serviços, etc).

Nenhum Colaborador sofrerá qualquer tipo de retaliação ou penalização devido a atraso ou perda de negócios resultantes de sua recusa em pagar ou receber propina. É fundamental que se aja com responsabilidade ao efetuar relato da situação, que devem ser consistentes e verídicos.

Reuniões com Entes Públicos

Sempre que possível, quaisquer reuniões com Agentes Públicos realizadas pelo Grupo Benner devem contar com a presença de, no mínimo, dois Colaboradores, e devem acontecer nas dependências oficiais do Ente Público ou nas dependências do Grupo Benner.

Sempre que possível, as reuniões com Agentes Públicos devem ser registradas em atas de reunião/formulário, contendo a indicação dos presentes, assuntos discutidos, decisões tomadas, próximos passos, etc.

Eventuais mensagens (por e-mail, SMS, WhatsApp e outros) trocadas com Agentes Públicos não devem ser deletadas dentro do período de 5 anos, a contar do envio ou do recebimento. As comunicações deverão estar disponíveis para serem entregues à Empresa conforme requisitado, a qualquer tempo.

Fiscalização por Agentes Públicos

A Administração Pública tem o poder de fiscalizar a atuação de particulares, nos casos e condições previstos na legislação. Sempre que exercida com prudência e nos limites legais, a fiscalização é um instrumento eficaz de prevenção de abusos ou ilícitos.

Contribuímos com o trabalho empenhado pelos órgãos públicos de fiscalização e regulação, prestando as informações necessárias aos procedimentos de auditoria e fiscalização.

Licitações e Contratos Públicos

Ao participar de licitações públicas, o Grupo Benner estará sujeito e cumprirá as disposições legais da Lei das Licitações (Lei nº 14.133/2021), a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), as normas da licitação e as cláusulas contratuais firmadas com o órgão público licitante.

Em caso de licitações e contratos públicos, inclusive concessões e parcerias público-privadas, fica vedada qualquer conduta tendente a:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ou
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos

O Grupo Benner não admite a aceitação ou solicitação de quaisquer pagamentos para a realização de negócios, seja qual for a natureza.

O relacionamento comercial e institucional do Grupo Benner com Entes Públicos, portanto, deve observar estritamente os preceitos desta Política.

Assim, é absolutamente proibido no relacionamento comercial ou institucional com Entes Públicos:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem imprópria a Agente Público ou a terceira pessoa a ele relacionada ou que atue como intermediário junto a ele;
- financiar, custear, patrocinar ou, de qualquer modo, subvencionar a prática de atos ilícitos de Corrupção;
- utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem imprópria;

- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com Entes Públicos; ou
- obter vantagem ou benefício em razão de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com Entes Públicos, sem autorização em lei no ato convocatório da licitação pública.

Doações, contribuições e despesas com Entes Públicos

O Grupo Benner deve certificar-se de que doações e patrocínios realizados para instituições privadas não sejam usados para promover pagamentos ilícitos, para evitar que a instituição destinatária não atue como um canal para custear atividades ilícitas em violação desta Política e de quaisquer leis ou regulamentações Anticorrupção aplicáveis.

É vedado aos Colaboradores realizar qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário em favor de Agentes Públicos ou pessoas relacionadas.

Atividades Políticas

O Grupo Benner busca atender, sempre que razoáveis e fundamentadas no bem comum, as solicitações de Entes Públicos e Agentes Públicos, incluindo agentes reguladores e fiscalizadores, sindicatos, entidades de classe e organizações não governamentais com presteza, rapidez e transparência. Adotamos elevados padrões de honestidade e integridade em todos os contatos com a Administração Pública, jamais praticando qualquer conduta imprópria.

Não devemos manifestar publicamente ou através de redes sociais, opinião sobre atos ou atitudes de Agentes Públicos ou fazer comentários de natureza política que possam refletir negativamente na imagem do Grupo Benner.

É também vedado aos Colaboradores realizar qualquer tipo de apoio a campanhas eleitorais que possam ser vinculadas ao Grupo Benner.

3. FORMALIZAÇÃO

REVISÃO		APROVAÇÃO	
Tassia P. P. da S. Torquato Advogada		Severino Benner CEO	
28/12/2023		28/12/2023	

4. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Etapa	Responsável
1.0	08/10/2019	Elaboração e Aprovação	Recursos Humanos e Presidência
2.0	28/12/2023	Ajuste e aprovação	Jurídico e CEO